



Número: **0000434-15.2015.8.18.0057**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Jaicós**

Última distribuição : **19/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Pagamento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANKLIN SILVA COELHO (AUTOR)		TIBERIO FARIAS DE OLIVEIRA BISPO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6410805	19/09/2019 12:05	franklin	Processo Digitalizado Themis Web



0000434-15.2015.8.18.0057

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE JAICÓS

TERMO JUDICIÁRIO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

VARA ÚNICA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JAICÓS

PETIÇÃO CÍVEL

ASSUNTO(S):

Adimplemento e Extinção - Pagamento

Tipo da Distribuição
SORTEIO

Data da Distribuição
08/04/2015

AUTOR: FRANKLIN SILVA COELHO

ADVOGADO(A): TIBERIO FARIAS DE OLIVEIRA BISPO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SEM ADVOGADO(A)S



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE JAICÓS, PI.

FRANKLIN SILVA COELHO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 3.583.095, SSP/PI e, devidamente inscrito no CPF (MF) sob o nº 055.825443-80, residente e domiciliado na rua Osmundo Costa s/n, Centro, Município de Massapê do Piauí, PI., CEP 64.573-000, por seu bastante procurador, mandato incluso, vem com o devido respeito e acatamento a honrosa presença de Vossa Excelência, propor **AÇÃO DE COBRANÇA**, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Senador Dantas nº 74 - 5º andar, Bairro Centro, na cidade do Rio de Janeiro, RJ., CEP nº 20031-205, na pessoa de seu representante legal, pelos motivos de fatos e de direitos a seguir elencados.

DOS FATOS

O Autor, **FRANKLIN SILVA COELHO**, na data de 29 de maio de 2014 sofreu várias lesões corporais em decorrência de acidente de trânsito, conforme relato no boletim de ocorrência s/n/2014, originário da Delegacia de Polícia Civil de Jaicós - PI., emitido em 24 de outubro de 2014.

Recebida em 24/03/15,
- às 10h.
Lutz Claudio Pergentino P. da Silva
Escrivão Judicial
Mat. 3653- TJPI



E atuam de maneira articulada com o seu Contratante, ou seja, a Requerida Seguradora faz a requisição dos serviços de perícia médica, promove o pagamento dos honorários médicos e esta circunstância unilateral pode, em alguns casos, comprometer o resultado da análise clínicas isentas de interferências.

Portanto, para que haja a isenção de opiniões médicas, o Autor **FRANKLIN SILVA COELHO**, requer que seja determinada perícia médica, executada por profissional designado por este Douto Juízo e fundamenta na legislação positivada o quanto se pretende.

E, para a justa valoração da indenização pleiteada pelo Requerente, requer-se a aplicabilidade da correção monetária nos valores alcançados por sentença e, que essa interpretação harmonize-se com os princípios basilares que regem o nosso ordenamento jurídico.

DO DIREITO

Excelência, a cobertura dos acidentes de trânsito abrangida pelo Seguro Dpvat, decorre da Lei nº 6.194/1974 e carrega em si a abrangência do pleito do Autor, sendo certo e provado que sofreu um acidente de trânsito e carregará sequelas e deformidades corpóreas em caráter definitivo.

A Requerida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, única empresa legalmente instituída para administrar o Seguro Dpvat, promove laudos com médicos de sua exclusiva confiança e preferência, os quais negam o alcance ao direito do Autor por razões que serão facilmente derrubadas.



O Autor requer que Vossa Excelência se digne a determinar a elaboração de novo laudo pericial e, nesta oportunidade, ser realizado por perito médico da confiança deste Douto Juízo e, para que seja mensurada as sequelas sofridas e suportadas pelo Autor

E, conquanto seja matéria de direito positivado, em conformidade, se vislumbra de texto legal que a redação do artigo 3º da Lei nº 6.194/1974, proclama o direito do Autor, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: **(grifei)**

I -

II - **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; **(grifei)**

III -

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, **subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (grifei)**

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

q



II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, **50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão**, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. **(grifei)**

Excelência, da simples leitura e interpretação da norma legal é correto ser afirmado que o Autor faz jus ao recebimento de importância indenizatória de acordo com o grau da sequela decorrente do acidente de trânsito.

Este valor indenizatório será mensurado de acordo com a interpretação de laudo idôneo, exarado por órgão público, livre de tendências e lavrado por profissional compromissado com o Magistrado desta causa, o qual será apreciado em confronto com a **tabela de danos corporais** da Lei nº 6.194/1974, ou seja:

Limite máximo indenizável (100%).....	R\$ 13.500,00
Danos decorrentes da perda da mobilidade de membro inferior = 70% previsto na tabela Dpvat.....	R\$ 9.450,00
Redução ao grau moderado (repercussão média) 50%.....	R\$ 4.725,00
Indenização por dano corporal perseguida.....	R\$ 4.725,00

E desta razão de juízo, onde o profissional médico externará o seu diagnóstico afirmando indelével parecer de sua especialidade médica, quando, sem nenhuma dúvida surgirá a realidade fática, ou seja, o grau de comprometimento dos danos

Handwritten signature



sofridos e suportados pelo Autor, em confirmação ao relatório medico anexo aos autos.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em razão da depreciação e do deságio dos valores indenizáveis decorrentes da edição da Lei nº 11.482/2007, artigo 8º, I, II, III, requer-se a correção monetária a partir da publicação da MP 340/2006, ou seja, após o início dos efeitos da medida provisória em 29 de dezembro de 2006, posto que, a desvalorização das indenizações, em decorrência desta longevidade, propicia para a Seguradora Requerida o Enriquecimento sem Causa.

A correção monetária pleiteada desde a edição da MP 340/2006 vai ao encontro dos anseios em ver afastada a desfaçatez da Seguradora Requerida, a qual se beneficia de texto legal e, condena o Autor a receber insignificante indenização securitária, posto que a Requerida se norteie nos valores engessados por Lei Federal, desequilibrando os reais direitos e deveres do contrato de seguro.

Portanto, cabe ao Magistrado da causa coibir esta distorção e acatar o pedido do Autor, provendo a indenização em seu justo e atualizado valor, uma vez que, a aplicabilidade do princípio “tempus regit actum” e do Espirito Norteador da Lei revogada, o qual subsiste e, requer ser corrigido o valor indenizatório a partir de 29 de dezembro de 2006, data em que foi publicada a Medida Provisória nº 340/2006, pleito este, requerido para não configurar prejuízo ao Autor beneficiário do Seguro Obrigatório Dpvat.

A Lei anterior fixava o valor da indenização na importância máxima de 40 (quarenta) salários mínimos, de tal forma

✓



que, a todo ano era feita a correção da base do cálculo para a indenização dos segurados do Seguro Dpvat.

Ao fixar a indenização na moeda Real, desvinculando-se do valor do salário mínimo, o legislador passou a admitir **implicitamente** que a correção monetária passasse a ser feita pelos índices normais aplicáveis a todos os casos de pagamento de dívida com atraso, não sendo razoável e crível em manter imutável o valor fixado na moeda Real, expresso na Lei nº 11.482/2007, posto que a perenidade dos fixos valores monetários sofra os efeitos corrosivos e inflacionários e sacrifique uma das partes do contrato de seguro.

Sendo certo que esta postura e atendimento aos reclamos do Autor deverão acompanhar os princípios basilares que regem o ordenamento jurídico pátrio, uma vez que, o Seguro Dpvat carrega em si perene motivação social, declarado conteúdo alimentar e uma forma de recompor perdas.

E para demonstrar a fundamentação do que se requer, seguem alguns acórdãos julgados.



Processo: 638449-0 (Acórdão)

Segredo de Justiça: Não

Relator(a): Nilson Mizuta

Órgão Julgador: 10ª Câmara Cível

Comarca: Londrina/PR

Data do Julgamento: 04/02/2010 18:12:00

Ementa

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento às apelações interpostas por ITAÚ SEGUROS S/A e RAFAEL SOARES, para determinar o pagamento da indenização do seguro DPVAT de acordo com o grau de invalidez da vítima e estabelecer o início da correção monetária na data de vigência da MP 340/06 (29/12/2006), nos termos do voto do Des. Relator. EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO GRAU E QUALIFICAÇÃO DA LESÃO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS EM 10%. 1. Para a fixação do quantum indenizatório de seguro DPVAT, nos casos de invalidez permanente, é necessária a verificação do grau e tipo de invalidez da vítima. 2. Os juros de mora são devidos a partir da citação, data em que a seguradora foi instada a pagar a indenização do DPVAT, no percentual de 1% ao mês. **3. A correção monetária deve incidir a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, que fixou o valor do seguro DPVAT em R\$ 13.500,00.** 4. A verba honorária arbitrada no percentual de 10% remunera com dignidade o trabalho feito pelo causídico, diante o grau e o zelo do profissional APELAÇÃO 1: PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO 2: PARCIALMENTE PROVIDA



D

6

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Oitava Câmara Cível do tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO FORAM ESGOTADOS OS MEIOS ADMINISTRATIVOS PARA COBRANÇA DO VALOR EM QUESTÃO DESNECESSIDADE O PLEITO INDENIZATÓRIO PELA VIA ADMINISTRATIVA NÃO CONSTITUI CONDIÇÃO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRETENSÃO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 11.482/07 PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO POSSIBILIDADE MORTE DA VÍTIMA OCORRIDA APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 340 DE 2006. REFORMA DA DECISÃO QUE FIXOU A INDENIZAÇÃO EM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS ALTERANDO O VALOR PARA R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO E **CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 340** MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 10 (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(grifei)

Ementa

Data do Julgamento: 15/07/2010 16:03:00

Comarca: Andaraí/PR

Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível

Relator(a): José Laurindo de Souza Netto

Segredo de Justiça: Não

Processo: 635593-1 (Acórdão)



Processo: Apelação nº 0055368-32.2011.8.26.0576)

Segredo de Justiça: Não

Relator(a): Moraes Pucci

Órgão Julgador: 27ª Câmara Cível

Comarca: São José do Rio Preto/SP

Data do Julgamento: 23 de julho de 2013

Ementa

Comarca de São José do Rio Preto - 5ª. Vara Cível Juiz de Direito Dr. Lincoln Augusto Casconi
Apelante: Companhia de Seguros Minas Brasil Apelado: Antônio de França Assunção Voto nº 4820 DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório por invalidez permanente parcial. Sentença de parcial procedência. Prêmio do seguro obrigatório que não estava pago quando da ocorrência do acidente. Irrelevância. Obrigação da seguradora no pagamento da indenização pelo seguro obrigatório que persiste, independentemente de a vítima ser o proprietário do veículo. Súmula 257 do STJ. A indenização a ser paga deve ser proporcional à incapacidade do autor, obedecendo aos percentuais estabelecidos na tabela anexa à Lei nº 6.194/74. Tabela que prevê para perda completa da mobilidade de um joelho o percentual de 25%. Laudo pericial que demonstrou a debilidade de flexão do joelho do autor em 50%. Valor da indenização reduzido. Autor que faz jus a 50% de 25% de R\$ 13.500,00. **Correção monetária que deveria incidir desde dezembro de 2006, mês da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340/2006, posteriormente convertida na Lei 11.482/2007, até o efetivo pagamento.** Termo inicial da correção monetária não alterado, porém, por ausência de impugnação do autor. Vedação da reformatio in pejus. Pequena sucumbência da ré. Autor condenado por inteiro no pagamento das verbas da sucumbência. Recurso da ré parcialmente provido(**grifei**)



Processo: 0132694-75.2010.8.26.0100.

Segredo de Justiça: Não

Relator(a): Manoel Justino Bezerra Filho

Órgão Julgador: 35ª Câmara Cível

Comarca: São Paulo/SP

Data do Julgamento: 04/10/2011

Seguro obrigatório DPVAT. Morte - Valor da indenização - Cobrança de diferenças - Sinistro ocorrido em dezembro de 2009. Aplicabilidade dos valores fixados pela MP nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74. Limitação da indenização ao valor de R\$ 13.500,00, porém corrigido. Correção monetária incidente desde a edição da MP nº 340/2006. Espírito norteador da lei revogada que subsiste. Atualização permanente - Tendo o sinistro ocorrido na vigência da MP nº 340/06, em vigor desde dezembro de 2006, que posteriormente foi convertida na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, aplicável o limite máximo de R\$ 13.500,00, em casos de morte. **Aplicação do princípio "tempus regit actum" O valor de R\$ 13.500,00 deve ser corrigido a partir de dezembro de 2006, data em que foi baixada a Medida Provisória nº 340/2006, para não configurar prejuízo aos beneficiários do seguro.** A lei anterior fixava o valor da indenização no máximo de quarenta salários mínimos, de tal forma que a todo ano era feita a correção da base do cálculo para a indenização. Ao fixar a indenização em R\$ 13.500,00, desvinculando-a do valor do salário mínimo, o legislador passou a admitir implicitamente que a correção passasse a ser feita pelos índices normais aplicáveis a todos os casos de pagamento de dívida com atraso, não se podendo manter imutável o valor fixado em reais na lei. Sentença parcialmente reformada neste ponto - Recurso parcialmente provido. (Apelação 0132694-75.2010.8.26.0100. Relator(a): Manoel Justino Bezerra Filho. Comarca: São Paulo. Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado. 03/10/2011).(Grifei)

✓



Processo: 0161710-74.2010.8.26.0100

Segredo de Justiça: Não

Relator(a): Soares Levada

Órgão Julgador: 34ª Câmara Cível

Comarca: São Paulo/SP

Data do Julgamento: 12/09/2011

Ementa

Cobrança. Indenização DPVAT. União estável da Autor comprovada. Legitimidade ativa presente. 2. Ilegitimidade passiva. Inocorrência. Cobrança a ser pleiteada junto a qualquer seguradora integrante do convênio DPVAT. 3. DPVAT. Acidente de trânsito ocorrido na vigência da lei nº 11.482/2007, com vítima fatal. Indenização securitária devida em conformidade com o teto previsto em tal lei (R\$ 13.500,00), no percentual de 50% desse valor. Inconstitucionalidade afastada. **Necessidade, porém, de que o pagamento seja acompanhado da devida correção monetária, sob pena de enriquecimento ilícito da seguradora ré. Termo inicial fixado na edição da Medida Provisória 340/06, com atualização até a data do efetivo pagamento administrativo do seguro.** Apelo provido parcialmente, rejeitadas as preliminares. (Apelação 0161710-74.2010.8.26.0100. Relator(a): Soares Levada. Comarca: São Paulo. Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado. 12/09/2011).(grifei)

E, diante destas inferências pode ser afirmado que qualquer outra ilação proposta e defendida pela Empresa Ré deverá ser considerado ato meramente protelatório, uma vez que, o pleito do Autor encontra-se fundamentado em texto legal de nosso ordenamento jurídico.

E por ser de lida JUSTIÇA requer:

↓



DOS PEDIDOS

1 - A citação da Empresa Requerida, por intermédio de Carta enviada pelos serviços do Correio, conforme redação do artigo 222 do Código de Processo Civil, para que querendo, apresente resposta no prazo legal, sob pena de sujeitar-se aos efeitos da revelia;

2 - A nomeação de perito de confiança deste Douto Juízo para a elaboração de laudo médico conclusivo, objetivando mensurar o grau de invalidez definitiva do Autor e, que proceda a perícia médica conforme quesitos elencados no **ANEXO 01**.

3 - Que ao final seja julgada, a presente ação, totalmente procedente, condenando a Empresa Requerida ao pagamento da Indenização por Invalidez Definitiva no valor de R\$ **4.725,00** (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), contando e sendo acrescidos no cálculo os juros a partir da citação e a **inafastável correção monetária desde a edição da MP nº 340/2006 na data de 29 de dezembro de 2006**.

4 - Que seja condenada a Empresa Ré ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

5 - Demonstrada que está a verossimilhança dos fatos alegados e em razão do Autor ser hipossuficiente em relação a Seguradora Requerida, requer-se a inversão do ônus da prova com fulcro no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, transferindo a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** a produção de provas, posto que é detentora e guardiã dos documentos pertinentes e em cuja posse se encontram em seus arquivos;



PROCURAÇÃO JUDICIAL

FRANKLIN SILVA COELHO, natural de Jaicós-PI, nascido em 05-03-1995, solteiro, estudante, portador(a) de RG nº 3.583.095-SSP-PI, devidamente inscrito no CPF (MF) sob o nº 055.825.443-80, residente domiciliado à rua Osmundo Costa, s/n, centro, município de Massapê do Piauí-PI, CEP.: 64.573-000, Comarca de Jaicós-PI, nomeia e constitui seus bastante procurador Dr. **ALEXANDRE DE SOUZA MATTA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 143.171, com escritório na rua Marechal Deodoro nº 3.131, 3º andar, conjunto 36, Bairro Centro, CEP 15.010-070, telefone (17) 3013-2707, São José do Rio Preto, SP., onde recebe correspondências, ao qual confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "AD JUDICIA", a qualquer instância, Juízo ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-o, praticando, enfim, todos os demais atos jurídicos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, podendo declarar, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, que não possui condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de seus familiares, bem como reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, ofertar exceções, receber e dar quitação, requerer inventário, arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, requerer desarquivamento, podendo substabelecer este mandato com ou sem reservas de poderes, o que tudo dará por bom, firme e valioso e ratificará se necessário e, em especial para promover ação de reparação de danos

Jaicós-PI, 05 de fevereiro de 2015.

x *Franklin Silva Coelho*
FRANKLIN SILVA COELHO



DECLARAÇÃO

FRANKLIN SILVA COELHO, natural de Jaicós-PI, nascido em 05-03-1985, solteiro, estudante, portador(a) de RG nº 3.583.095-SSP-PI, devidamente inscrito no CPF (MF) sob o nº 055.825.443-80, residente domiciliado à rua Osmundo Costa, s/n, centro, município de Massapê do Piauí-PI, CEP.: 64.573-000, Comarca de Jaicós-PI, **DECLARA** para quem possa interessar e para os devidos fins de direito, nos termos do artigo 4º da Lei nº 1060/1950 e do artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal de 1988, que não possuo condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de meus familiares.

Por ser a expressão da verdade,

Firmo a presente.

Jaicós-PI, 05 de fevereiro de 2015.

x. *Franklin Silva Coelho*
FRANKLIN SILVA COELHO



<p>Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde</p>	<p>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE</p>
<p>Identificação do Estabelecimento de Saúde</p> <p>1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ</p> <p>3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ</p>	
<p>Identificação do Paciente</p> <p>5 - NOME DO PACIENTE FRANKLIN SILVA COELHO</p> <p>7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 700006371299500</p> <p>8 - DATA DE NASCIMENTO 05/03/1995</p> <p>9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2</p> <p>10 - NOME DA MÃE FILOMENA JOANA SILVA COELHO</p> <p>11 - TELEFONE DE CONTATO (89) 9405-6886</p> <p>12 - ENDEREÇO OSMUNDO COSTA, 0 - CENTRO</p> <p>13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA MASSAPE DO PIAUI</p> <p>14 - COD. IBGE MUNICÍPIO 2206050</p> <p>15 - UF PI</p> <p>16 - CEP 64573-000</p>	
<p>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</p>	
<p>17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Paralisação com queixas de dor no ombro (D1) por acidente de moto</i></p> <p>18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO <i>→ Fractura de clavícula D1</i></p> <p>19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)</p> <p>20 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fractura de clavícula D1</i></p> <p>21 - CID PRINCIPAL 5420</p> <p>22 - CID SECUNDÁRIO</p> <p>23 - CAUSAS ASSOC.</p>	
<p>PROCEDIMENTO SOLICITADO</p>	
<p>24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Ortopedia</i></p> <p>25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0408010150</p> <p>26 - CLÍNICA <i>Ortopedia</i></p> <p>27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO <i>02</i></p> <p>28 - DOCUMENTO () CNS (x) CPF</p> <p>29 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE 70291018353</p> <p>30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Dr. Francisco Manoel de Oliveira</i></p> <p>31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 29.05.14</p> <p>32 - ASS. E CARIMBO (Nº DO CRM) <i>CRM 22699-PB</i></p>	
<p>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)</p>	
<p>36 - CNPJ DA SEGURADORA</p> <p>37 - Nº DO BILHETE</p> <p>38 - SÉRIE</p> <p>39 - CNPJ EMPRESA</p> <p>40 - CNAE EMPRESA</p> <p>41 - CBOR</p> <p>42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO</p>	
<p>AUTORIZAÇÃO</p>	
<p>43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <i>Dr. Francisco Manoel de Oliveira</i></p> <p>44 - COD. ORGÃO EMISSOR 192080001</p> <p>45 - CODUMENTO () CNS () CPF</p> <p>46 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 70291018353</p> <p>47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO</p> <p>48 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO) <i>CRM 22699-PB</i></p> <p>49 - Nº DA AUT. DE INTERNAÇÃO HOSP.</p>	
<p>Assinatura paciente/Responsável <i>Franklin Silva Coelho</i></p>	





HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ
ANTENOR NEIVA,
BOMBA, PICOS/PI - 64601-391
CNPJ: 06.553.564/0102-81
(89) 3422-1314 - (89) 3422-1314

Ficha de Atendimento (Pronto Socorro)

Atendimento: P0134545 Registro: 302301
Data: 29/05/2014 Hora: 08:44:00
Funcionario: MARIA Tipo: CONSULTA
Sexo: MASCULINO

Senha **53**

SUS

FRANKLIN SILVA COELHO

Nasc.: 05/03/1995 Idade: 19 ANOS, 2 MESES, 24 DIAS Profissão:

End.: OSMUNDO COSTA, 0 -

Bairro: CENTRO

IBGE: 2206050 Cor: PARDA

Mãe: FILOMENA JOANA SILVA COELHO

Telefone: () -

Celular: (89) 9405-6886

CPF: - RG: 3583095 - SUS: 700006371299500

Civil: SOLTEIRO(A) CEP: 64573-000

Cidade: **MASSAPE DO PIAUI/PI**

Pai: FRANCISCO SILVA COELHO

Clinica: **ORTOPEDIA**

Documento: 1 - HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

Responsavel: FRANKLIN SILVA COELHO - O MESMO

Temp.: 0°C

Peso: 0Kg

P.A.: 0

Procedimentos

29/05/2014 8:44 0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (I 223505

29/05/2014 8:53 0301010072 CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

☐ Sem

☐ Vermelho - Emergência

☐ Amarelo - Urgente

☒ Verde - Pouco Urgente

☐ Azul - Não Urgente

Queixa principal: DOR MEMBRO SUPERIOR

Exame clinico/fisico:

Diagnostico provavel:

Medicação:

Procedimentos/exames realizados:

Ass. Técnico

Responsavel: FRANKLIN SILVA COELHO

1 - HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ



"TERMO DE RESPONSABILIDADE, FIANÇA E AUTORIZAÇÃO"

Atendimento
1015753

Paciente
FRANKLIN SILVA COELHO

7

Eu, abaixo qualificado,

Responsável FRANCISCO SILVA COELHO	Parentesco PAI	Telefones
Paciente FRANKLIN SILVA COELHO	Nascimento 05/03/1995	RG 3583095
Endereço OSMUNDO COSTA	Leito C13/63	Enfermaria 13 ORTOPEDIA - M

Ao final firmado (a) como responsável pelo(a) paciente retroqualificado(a) autorizo por esta a melhor forma de direito, a internação hospitalar do(a) referido paciente neste HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ, sediado a ANTENOR NEIVA, 184 de PICOS.

Esta autorização, representando minha livre expressa manifestação de vontade, inclui internação hospitalar, tratamento clínico ou cirúrgico, realização de exames e prova complementares, invasivas ou não, hemoterapia e tudo mais que se fizer necessário para o tratamento do(a) paciente.

Declaro para os devidos fins que, NO CASO DO PACIENTE POSSUIR CONVÊNIO MÉDICO, estou ciente de que para ter direito a cobertura do custo do tratamento, HÁ NECESSIDADE DE EXPRESSA AUTORIZAÇÃO da empresa (Convênio) SUS


Declaro que, em caso de optar por acomodação de nível superior ao estipulado pelo convênio, assumo a diferença de acomodação e de honorários médicos conforme tabela AMB.

Declaro, ainda, estar ciente de que a ausência de autorização, SEJA QUAL FOR O MOTIVO, impede o hospital efetuar cobrança de quaisquer valores do convênio médico.

Assim, ASSUMO, PERANTE O HOSPITAL, TOTAL RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS DESPESAS DECORRENTES DO ATENDIMENTO MÉDICO FORNECIDO AO PACIENTE ACIMA CITADO, CASO O CONVÊNIO NÃO FORNEÇA A INDISPENSÁVEL AUTORIZAÇÃO, sendo certo que, nesta hipótese, os valores corresponderão aqueles praticados pelo próprio convênio em idêntica situação, ressaltando-se também o direito de solicitar a transferência do paciente caso seu estado de saúde o permita, arcando apenas com o custo do tratamento efetivamente fornecido.

Declaro para os devidos fins que, no caso do(a) paciente não possuir convênio, a internação se torna particular, aceito os valores da tabela particular praticada pelo Hospital, conforme cópia que me é apresentada neste ato. Concordo também que as contas serão fechadas e apresentadas a cada 3 (três) dias, e abatidas do valor pago antecipadamente, por ocasião da internação, sendo certo que quando a mesma atingir 70% (setenta por cento) do valor pago antecipadamente, farei novos pagamentos quantos forem necessários.

PICOS, 29 de maio de 2014


FRANCISCO SILVA COELHO

Testemunha
Nome: _____
RG: _____

Testemunha
Nome: _____
RG: _____



3
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL "JUSTINO LUZ"
PICOS - PIAUÍ

LAUDO CIRÚRGICO

Paciente	Franklin Silva Belho
Médico	Dr. Rubem Ribeiro Ortopedia e Traumatologia CRM-2055-Pi / 15000 TEOT - 11338
1º Assistente	
2º Assistente	Fátima de Oliveira (Ortopedia)
Anestesista	
Diagnóstico pós-operatório	Fatura de cirurgia
do de Cirurgia	ortopedica
Diagnóstico pós-operatório	

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

1º - Lavagem com solução fisiológica
2º - Anestesia + Antiespasmódico
3º - Abertura do CD
4º - Lavagem profunda da articulação
5º - Remoção do foco da fratura
6º - Redução da fratura
7º - Sutura do fio intramedular
8º - Sutura por pontos curtos

TÉCNICA: (Ligadura, Sutura, Fechamento e Drenagem) <

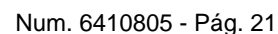
Dr. Rubem Ribeiro
Ortopedia e Traumatologia
CRM-2055-Pi / 15000
TEOT - 11338

GRÁFICA UNITO 081.3432-0000



PICOS - PL

Dr. Jonas Bezerra de Alencar
Cirurgia Geral / Cirurgia Videolaparoscópica
CRM 3348



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL "JUSTINO LUZ"
PICOS - PIAUÍ

FICHA DE SALA

NOME DO PACIENTE <i>Franklin Silva Coelho</i>				DATA <i>29/05/12</i>	REGISTRO Nº	LEITO
OPERAÇÃO <i>Obstrução de cálculo</i>				SALA <i>01</i>		
MATERIAL DE CONSUMO		PREÇO		APARELHAGEM		
DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNID.	TOTAL	Marque com um X quando utilizar		
ADRENALINA p.p.s	<i>200ml</i>			APARELHO DE SONO	<input type="checkbox"/>	
ALGODÃO				AP. DE TRANSUSÃO	<input type="checkbox"/>	
ÁGUA BI-DESTILADA <i>simp</i>	<i>04</i>			ASPIRADOR	<input type="checkbox"/>	
ATADURA DE CREPOM				ESTERELIZADOR	<input checked="" type="checkbox"/>	
ATADURA GESSADA				FERROS CIRÚRGICOS	<input checked="" type="checkbox"/>	
ATROPINA				SALA DE OPERAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	
CAT-GUT SIMPLES				AR-REFRIGERADO	<input checked="" type="checkbox"/>	
CAT-GUT CROMADO						
DIPIRONA						
DOLANTINA						
DROPERIDOL						
EFORTIL						
ESPARADRAPO <i>com</i>	<i>40</i>					
FR ANESTÉSICO				USO DA SALA		
FENERGAN				INÍCIO	TÉRMINO	DURAÇÃO
FENTANIL				<i>16:00</i>	<i>17:00</i>	<i>1h</i>
FIO DE ALGODÃO				OPERAÇÃO <i>Obstrução de cálculo</i>		
FIO DE SEDA				CIRURGIA <i>Paul Paul</i>		
FIO UMBILICAL				1º AUXILIAR		
FLAXEDIL				2º AUXILIAR		
FLEBOCORDIT				ANESTESISTA <i>Paul Rutil</i>		
GAZE <i>pet. c. fund</i>	<i>03</i>			ANESTESISTA		
INVAR				INSTRUMENTO(A)		
KETALAR				OCORRÊNCIAS		
LÂMINA DE BISTURI <i>nº 24</i>	<i>01</i>					
LUVAS <i>pareas</i>	<i>03</i>					
MARCAÍNA PESADA 0,5%						
METTERGIN						
NEOCAÍNA PESADA						
PLASIL						
PROSTIGMINE						
QUELON <i>Cefalotina 1g</i>	<i>01</i>					
JEMICETINA						
SINTOCYNON						
SINTONFURIN						
SORO FISIOLÓGICO <i>500ml</i>	<i>03</i>					
NYLON <i>nº 2.0 AG</i>	<i>02</i>					
SOL. DE GLICOSE A 0,5%						
SOL. FINGER LACTADO						
SONDA VESICAL						
IRACÍMIA						
THIONEMBUTAL						
TRANSFUSO						
VÁLIUM 10MG						
VITAMINA K						
LODOCAÍNA <i>2% c.v.c</i>	<i>02 fus</i>					

Impressão: GRÁFICA BRITO (33) 3422-0200

1



Nome		Data		Exames de Urina		Exames de Sangue		Exames de Urina	
Nome		Data		Exames de Urina		Exames de Sangue		Exames de Urina	
Nome		Data		Exames de Urina		Exames de Sangue		Exames de Urina	
Franklin Silva Coelho		21/05/2014		P. Metabol		Gr. Sanguíneo		Hemoglobina	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	
Respiração		Asma		Bronquite		Alérgicos		Risco	
Sistema		Unidade		Condições		Efeitos		Total e Doses	



- DR. WILTON COUTINHO SILVA -
CRM PI 4483

Av. Cel. Aristides Mendes nº 475 – Serranópolis – Fone: (89) 9910-1515 – Jaicós - PI

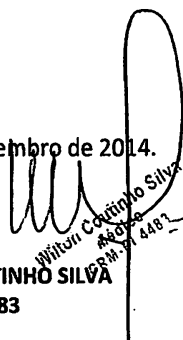
Nome: **FRANKLIN SILVA COELHO**

RELATÓRIO MÉDICO

Paciente vítima de acidente de moto dia 29/05/2014, conforme boletim de ocorrência, apresentando em decorrência do trauma: fratura de clavícula direita. Submetido à tratamento cirúrgico para osteossíntese da fratura com redução e com interposição de fio intramedular. Ao final do tratamento, o paciente apresenta ao exame físico e clínico: deformidade local, dor e edema residual, limitação funcional ao realizar esforços físicos no membro afetado. O paciente está de alta definitiva.

Jaicós (PI), 12 de Novembro de 2014.

DR. WILTON COUTINHO SILVA
CRM: 4483


Wilton Coutinho Silva
CRM: 4483



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IML

EU, FRANKLIN SILVA COELHO, natural de Jaicós-PI, nascido em 05-03-1995, solteiro, estudante, filho de Filomena Joana Silva Coelho e Francisco Silva Coelho, RG 3.583.095-SSP-PI, expedida em 18-03-2011, CPF 055.825.443-80, residente à rua Osmundo Costa, s/n, centro, Massapê do Piauí-PI, CEP.: 64.573-000, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE ESTOU IMPOSSIBILITADO DE APRESENTAR O LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL, PARA FINS DE REQUERIMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT, (LEI 6.194/74); UMA VEZ QUE:

(X) NÃO HÁ INSTITUTO MÉDICO LEGAL NO MUNICÍPIO DE MINHA RESIDÊNCIA.

COM O OBJETIVO DE PERMITIR O EXAME DO MEU PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT, PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE, CAUSADA DIRETAMENTE POR VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE, SOLCITO QUE ESTA DECLARAÇÃO PERMITA O PROSSEGUIMENTO À ANÁLISE DE MINHA DOCUMENTAÇÃO SEM APRESENTAÇÃO DO LAUDO DO INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL - IML, CONCORDANDO, DESDE JÁ, EM ME SUBMETTER À PERÍCIA MÉDICA ÀS CUSTAS DA SEGURADORA LIDER DPVAT, PARA A CORRETA AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA E AFERIÇÃO DO GRAU DA LESÃO, OU LESÕES, PARA FINS DO § 1º DO ART. 3º DA LEI 6.194/74.

DECLARO, AINDA; ESTAR CIENTE DE QUE A AUTORIZAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DESSA PERÍCIA MÉDICA, NÃO SIGNIFICA PRÉVIA CONCORDÂNCIA COM A FUTURA AVALIAÇÃO MÉDICA OU RENÚNCIA AO DIREITO DE IMPUGNÁ-LA, CASO DISCORDE DO SEU CONTEÚDO.

Jaicós-PI, 24 de 10 de 2014.

Franklin Silva Coelho



E-mail recebido da Seguradora Líder dos Consórcios Dpvat, na data de 09 de fevereiro de 2015.

09/02/2015 Indenização Recusada Observação Lider: Sem sequela



PROCESSO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que os autos foram registrados no sistema Themis Web sob o número de ordem 0000434-15.2015.8.18.0057. Dou fé.

JAICÓS, 8 de abril de 2015

JOÃO BOSCO EVANGELISTA LIMA
Distribuidor - Mat. nº 032.593.253-01



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **7068827** e o código verificador **FC633.432C1.FB7D6.78F3D.F3CDC.660AC**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS
Praça Padre Marcos, nº 74, JAICÓS-PI

PROCESSO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICOS, Dr. FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO, para despacho inicial. Do que, para constar, lavro este termo.

JAICÓS, 15 de Abril de 2015

VANEIDE MARIA DE CARVALHO
Servidora cedida



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **7142114** e o código verificador **BCF98.4FD6F.E2ADF.A4C5F.132C6.BDC7E**.



PROCESSO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

AUTOR: FRANKLIN SILVA COELHO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Recebi hoje.

Analizando detidamente o acervo processual deste Juízo, verifico que o causídico constituído pelo autor já conta com 12 processos ajuizados nesta Comarca e mais alguns em outras unidades do Poder Judiciário piauiense, a exemplo de Padre Marcos, Valença e Pio IX, conforme lista aposta em anexo.

Dessa forma, considerando que pelos documentos dos autos somente se tem certeza de que o advogado Alexandre de Souza Matta (OAB/SP nº 143.171) possui capacidade postulatória ordinária no Estado de São Paulo, é forçoso reconhecer que sua atuação no Estado do Piauí já ultrapassou o limite fixado pela legislação vigente, razão pela qual concedo-lhe o prazo de dez dias para fazer prova de sua inscrição suplementar junto a OAB/PI, sob pena indeferimento da inicial e comunicação ao órgão respectivo para adoção das medidas que julgar necessárias.

Intime-se.

JAICÓS, 19 de agosto de 2015

FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICÓS



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **8382598** e o código verificador **DBF68.A1363.B8927.A6E2B.3A27F.024F7**.



PROCESSO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO, que embora devidamente intimado do último despacho o autor deixou transcorrer o prazo legal se apresentar manifestação. Dou fé.

Jaicós, 17 de março de 2017

KÁTIA CELESTE MOTA REIS

Escrivã designada por Portaria da Corregedoria/CEAS



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **10403783** e o código verificador **7ECDE.31828.B89D1.6A6E4.31D7B.77F81**.



PROCESSO Nº: 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICÓS, Dr.(a) FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO para despacho.

Jaicós, 17 de março de 2016

KÁTIA CELESTE MOTA REIS

Escrivã designada por Portaria da Corregedoria/CEAS



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **10404636** e o código verificador **72214.C3FFB.9905C.E4127.96469.9CEFD**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Recebi hoje.

Considerando que o causídico intimado para comprovar sua inscrição suplementar não o fizera, determino seja expedido ofício ao presidente da OAB/PI noticiando o fato, bem como intimada a parte autora, pessoalmente, para, em 15 dias, constituir novo procurador regularmente inscrito, sob pena de indeferimento da inicial.

JAICÓS, 14 de abril de 2016

FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICÓS



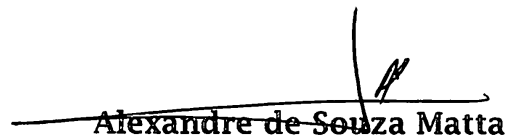
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **10719834** e o código verificador **FEDEF.C94E8.94DF7.82B7C.F46B2.01D4C**.



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço na pessoa do Dr. Tibério Farias de Oliveira Bispo, advogado inscrito na OAB/PI sob o nº 12.516, e-mail: advtiberiofariasbispo@hotmail.com, com escritório na Avenida Aristides Mendes, nº 608, Bairro Serranópolis, Jaicós - Piauí - CEP: 64575-000, telefone (89) 99986-4047, COM RESERVA DE IGUAIS, todos os poderes que me foram conferidos por FRANKLIN SILVA COELHO, nos autos da Ação de Cobrança, promovida contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A., processo nº 0000434-15.2015.8.18.0057, em trâmite perante a Vara Cível da Comarca de Jaicós/PI.

São José do Rio Preto, SP, 26 de abril de 2016.


Alexandre de Souza Matta

OAB/SP 143.171

Recebido em 09-05-16 às 13:16
8



PROCESSO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

AUTOR: FRANKLIN SILVA COELHO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

JUNTADA

Junto aos autos, na presente data, substabelecimento, à folha que se segue

JAICÓS, 16 de junho de 2016

SUÊLI DA LUZ ROCHA
servidora



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **11527930** e o código verificador **BE0A3.A14CF.F90CA.B3BE9.62A4C.621E0**.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS
Praça Padre Marcos, nº 74, JAICOS-PI

PROCESSO Nº: 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

OFÍCIO Nº 518/2017

JAICÓS, 1 de setembro de 2017.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Presidente da subseção de Picos da OAB/PI

Assunto: Informações sobre inscrição de advogado.

Prezado(a) Senhor(a),

De ordem, nos autos do processo em epígrafe, conforme o despacho em anexo, envio-lhe este ofício para informar da verificação de que o causídico Alexandre de Souza Matta, OAB/SP nº 143.171, excedeu o limite de atuações no Estado do Piauí fixado pela legislação vigente sem que tenha sido observada inscrição suplementar, de modo a que seja tomada por essa seccional as providências necessárias.

Atenciosamente,

JIVAGO DOS SANTOS VIANA
Analista Judicial - Mat. 27862



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **16858499** e o código verificador **2D178.6769C.E1369.06C0C.A225C.249FA**.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS
Praça Padre Marcos, nº 74, JAICOS-PI

PROCESSO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057

MANDADO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057.0001

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICÓS MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a parte abaixo qualificada de todo conteúdo do(a) DESPACHO, cuja cópia segue em anexo como parte integrante deste.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:

Franklin Silva Coelho, endereço: Rua Osmundo Costa, s/n - bairro: Centro, MASSAPÊ DO PIAUÍ-PI..

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

JAICÓS, 1 de setembro de 2017.

JIVAGO DOS SANTOS VIANA
Analista Judicial - Mat. nº 27862

Ciente em, ____/____/____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **16858697** e o código verificador **45DE0.DF087.B7968.FE00E.F2AA3.39408**.



20 AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional PI – Sub-seção de Picos
Endereço: Praça Raimundo Leandro, S/N
Bairro: Centro, Picos/PI
CEP: 64600-006

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Processo N= 434 - 15.2015
Ofício N= 518/2017

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X Denis Costa Paiva **14/09/17**

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DENIS COSTA PAIVA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO AGENTE / SIGNATURE DE L'AGENT

MARIA RITA RIBEIRO DE OLIVEIRA
14/09/2017

CARIMBO DE ENTREGA / CARTEAU DE DESTINO / U DE DESTINATION

14 SET 2017
DR/PI

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos do(a) aviso de recebimento à(s) fl(s) seguintes.

JAICÓS, 19 de setembro de 2017

MARCOS VERÍSSIMO COSTA CARVALHO
Cedido Prefeitura - Mat. nº 06252014346



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **17073048** e o código verificador **FE18D.33C3B.B5AD9.BA884.BD875.16254**.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS-PI
Praça Padre Marcos, nº 74, JAICÓS-PI

CERTIDÃO – INTIMAÇÃO NÃO REALIZADA

MANDADO nº 0000434-15.2015.8.18.0057.0001

CERTIFICO E DOU FÉ que, em cumprimento ao mandado respectivo, compareci ao local nele indicado, no dia **11/09/2017 às 16hs00min**, no entanto NÃO INTIMEI **FRANKLIN SILVA COELHO**, pois o mesmo reside atualmente à Rua Deputado Costa Andrade, n 510, Apto 105, Bairro São João, Teresina-PI, tel. (89) 994056886. Devolvo o mandado para as providências cabíveis. Do que para constar fiz este termo.

Jaicós/PI, 21 de Setembro de 2017.

Martha Hary Luzu Marinho Melo
Martha Hary Luzu Marinho Melo
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matrícula 28013





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE JAICÓS, ESTADO DO PIAUÍ.

20.02.18
13h20 min.

Dr. Alexandre P. P. de Silva
Dr. Alexandre P. P. de Silva
OAB/SP nº 143.171

Processo nº 0000434-15.2015.8.18.0057

FRANKLIN SILVA COELHO, qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem com o devido respeito e acatamento a honrosa presença de Vossa Excelência, para apresentar e requerer a juntada do **SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVAS DE PODERES** ao advogado Dr. Tibério Farias de Oliveira Bispo, inscrito na Ordem dos Advogados do Estado do Piauí sob nº 12.516, e-mail: advtiberiofariasbispo@hotmail.com, o qual recebe correspondências em seu escritório localizado na avenida Aristides Mendes nº 608, bairro Serranópolis, no município de Jaicós - Piauí, CEP 64575-00.

Requerendo nesta oportunidade a exclusão e que seja suprimido do processo em tela o nome do advogado substabelecido **Dr. Alexandre de Souza Matta, OAB/SP nº 143.171**.

Outrossim, requer-se que se digne seja oficiada a Ordem dos Advogados do Estado do Piauí, informando que a irregularidade postulatória foi sanada e legalmente corrigida, oportunidade quando foi acatado o comando expresso no artigo 10, § 2º, da Lei nº 8906/1994, Estatuto da Advocacia e da OAB.

Nestes termos,

Pede deferimento,

São José do Rio Preto, SP., 13 de fevereiro de 2018


AG
~~Alexandre de Souza Matta~~
OAB/SP nº 143.171



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço na pessoa do Dr. Tibério Farias de Oliveira Bispo, advogado inscrito na OAB/PI sob o nº 12.516, e-mail: advtiberiofariasbispo@hotmail.com, com escritório na Avenida Aristides Mendes nº 608, bairro Serranópolis, município de Jaicós, Piauí, CEP 64575-000, telefone (89) 99986-4047, **SEM RESERVAS DE PODERES**, todos os domínios e capacidades postulatórias que me foram conferidos por **FRANKLIN SILVA COELHO**, nos autos da Ação de Cobrança promovida em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A., processo nº 0000434-15.2015.8.18.0057, em trâmite perante a Douta Vara Cível da Comarca de Jaicós, Estado do Piauí.

São José do Rio Preto, 03 de fevereiro de 2018.


~~Alexandre de Souza Matta~~
~~OAB/SP nº 143.171~~



PROCESSO Nº: 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos do(a) petição à(s) fl(s) seguintes.

JAICÓS, 28 de fevereiro de 2018

LINARA CORDEIRO SILVA
Estagiário(a) - Mat. nº 28296



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **18967079** e o código verificador **94AB3.9D635.71E01.F1FC2.69D18.EE3DE**.



PROCESSO Nº 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição Cível

AUTOR: FRANKLIN SILVA COELHO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico a constituição de novo procurador pela parte autora. Dou fé.

JAICÓS, 30 de julho de 2019

JIVAGO DOS SANTOS VIANA
Analista Judicial - Mat. nº 27862



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **26284775** e o código verificador **BCDD4.D8CD0.28D5F.C701C.1F67D.46A2F**.



PROCESSO Nº: 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição Cível

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICÓS, Dr.(a) FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO para despacho.

JAICÓS, 30 de julho de 2019

JIVAGO DOS SANTOS VIANA
Analista Judicial - Mat. nº 27862



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **26284826** e o código verificador **A1256.36318.C6B0A.38F58.EABEF.6CC0E**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAICÓS

PROCESSO Nº: 0000434-15.2015.8.18.0057

CLASSE: Petição Cível

Autor: FRANKLIN SILVA COELHO

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Recebi hoje.

Diante da constituição de novo advogado (sem reserva de poderes),
cumpra-se o despacho-carta de fl. 39 e comunique-se a OAB/PI.

JAICÓS, 31 de julho de 2019

FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICÓS



Documento assinado eletronicamente por FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO, Juiz(a), em 01/08/2019, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **26324803** e o código verificador **D7581.69CBE.74961.26DEA.BBE29.0CF3C**.

